



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E  
CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PATRICIA FERNANDES CHAVES

**INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EVIDENCIADAS NO BALANÇO  
SOCIAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**

**FORTALEZA**

**2013**

PATRICIA FERNANDES CHAVES

**INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EVIDENCIADAS NO BALANÇO  
SOCIAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**

Artigo submetido à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Carvalho de Vasconcelos

FORTALEZA

2013

## INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EVIDENCIADAS NO BALANÇO SOCIAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

### RESUMO

Dada a importância da divulgação de práticas socioambientais por instituições do Terceiro Setor como forma de credibilidade e confiabilidade, o Balanço Social se apresenta como instrumento de divulgação adotado por essas entidades como prestação de contas a sociedade. Este estudo tem como objetivo principal examinar de que maneira as informações socioambientais são evidenciadas no Balanço Social do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Para tanto, foram consideradas na análise das informações socioambientais evidenciadas pelo CFC as dimensões Social Interno, Social Externo e Ambiental referente ao período de 2007 a 2011. Trata-se de estudo descritivo, de natureza qualitativa, utilizando-se da pesquisa documental para a coleta e da técnica Análise de Conteúdo para a análise dos dados. Os resultados apontam a preponderância de divulgação sobre a dimensão Social Externo em todos os anos de análise, seguido de Social Interna. Com relação ao tipo de evidenciação, observa-se maior e menor evidenciação do tipo qualitativo e quantitativo monetário, respectivamente. Os resultados do estudo também sugerem maiores gastos ou investimentos da entidade de classe ligados à dimensão Social Interno.

**Palavras-chave:** Balanço Social. Terceiro Setor. Conselho Federal de Contabilidade.

### 1 INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor é constituído por organizações e entidades sem fins lucrativos, que não são públicas e nem privadas e tem como finalidade a prestação de serviços de utilidade pública. Para Coelho (2002) este setor possui uma atuação voltada ao atendimento das necessidades de segmentos da população e unida por uma mesma legislação reguladora.

Nos últimos anos, o Terceiro Setor vem ganhando visibilidade na sociedade pelas ações e projetos desenvolvidos para questões sociais e mais recentemente, ambientais. No cenário nacional e internacional, é destaque pelo impacto social, ambiental e político que causa, então a sua importância não deve ser desconsiderada. De acordo com Szazi (2006), o Terceiro Setor é movido por questões sociais, em que o dinheiro é apenas o caminho para atingir os objetivos de assistência, educação e desenvolvimento da sociedade.

A transparência e credibilidade são metas importantes do Terceiro Setor perante a sociedade. Para Szanzi (2005) a credibilidade é essencial para a sustentação de relações, pois gera confiança que é diretamente proporcional ao desempenho. Segundo Voltoline (2004) a sociedade considera importantes transformações a nível social e o Terceiro Setor faz parte desse processo, onde sua responsabilidade com a gestão, ações e projetos sociais aumentam. Desta forma, para alcançar tais objetivos, os demonstrativos contábeis com qualidade informacional e indicadores sociais eficientes são utilizados e publicados por entidades deste setor, entre eles destaca-se o Balanço Social.

O Balanço Social é um relatório utilizado pelas empresas em geral com o objetivo de prestar contas das ações socioambientais aos seus usuários internos e externos. Tinoco (2009, p.

35) afirma que “o Balanço Social tem por objetivo ser equitativo e comunicar informação que satisfaça à necessidade de quem dela precisa”. Considerado uma ferramenta útil com indicadores informacionais sociais e ambientais de qualidade, ele é essencial para a demonstração de práticas de responsabilidade social e ambiental de entidade de todos os setores. Sendo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) uma instituição do Terceiro Setor, que fiscaliza o exercício da profissão contábil, criada pelo Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, essa entidade elabora e publica o Balanço Social como meio de divulgar suas ações socioambientais.

Conforme as informações disponíveis na sua *homepage*, o CFC publica em 2005 seu primeiro Balanço Social, como um instrumento de comprometimento, transparência e clareza para a sociedade, mostrando suas ações e projetos desenvolvidos em benefício desta. A partir de 2007, o CFC, além de sua dedicação com o lado social, assume o seu envolvimento com a responsabilidade ambiental, passando a divulgar o seu Balanço Socioambiental. O CFC a cada ano fortalece o seu compromisso com a qualidade de vida da sociedade, a sua contribuição para o meio ambiente, seu corpo funcional e todos que, direto e indiretamente, estão vinculados a ele (CFC, 2012).

Do exposto, este estudo visa investigar o Balanço Social como instrumento de evidência de informações socioambientais em instituições do Terceiro Setor, de maneira a responder o seguinte questionamento: De que maneira estão evidenciadas as informações socioambientais no Balanço Social do Conselho Federal de Contabilidade? Para tal questionamento têm-se o objetivo geral: Examinar de que maneira as informações socioambientais são evidenciadas no Balanço Social do Conselho Federal de Contabilidade. Para atingir o objetivo principal, foram delineados os seguintes objetivos específicos: i) identificar o nível de divulgação das dimensões dos indicadores socioambientais; ii) descrever o tipo de evidência sobre as dimensões dos indicadores do Balanço Social; e iii) analisar o comportamento dos investimentos/gastos aplicados pelo CFC nas dimensões do Balanço Social.

Para o alcance dos objetivos, delinea-se uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, utilizando os procedimentos de análise documental. Foram coletados e analisados os dados contidos no Balanço Social do CFC, no período de 2007 a 2011. Para tanto, a análise do conteúdo considera cada frase (sentença) como medida para a análise. No que se refere à maneira como as informações socioambientais evidenciadas foram examinadas na pesquisa, as sentenças são analisadas e classificadas nas dimensões Social Interno, Social Externo e Ambiental de acordo com sua essência. Posteriormente cada sentença é classificada em três tipos de evidência: qualitativo, quantitativo não monetário e quantitativo monetário.

A literatura informa que a divulgação e o entendimento das informações socioambientais evidenciadas no Balanço Social podem demonstrar contribuição ao meio ambiente e a sociedade das entidades do Terceiro Setor.

Assim, considera-se que o Balanço Socioambiental do CFC seja um importante instrumento de divulgação de informações e indicadores de natureza financeira, contábil, administrativa, social e ambiental relacionado a ações, atividades e projetos socioambientais da entidade. Dessa forma a importância da realização deste estudo justifica-se à medida que analisa os componentes do Balanço Social do CFC nos anos de 2007 a 2011, fato que caracteriza a pesquisa como estudo longitudinal.

O estudo é composto por cinco seções, incluindo esta introdução. A seguir, apresenta-se o referencial teórico, que apresenta breve descrição sobre responsabilidade social corporativa, Balanço Social e o Terceiro Setor. Na sequência, vem o proceder metodológico. Em seguida, apresenta-se a análise dos dados com os resultados da pesquisa e na última seção apresentam-se as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Terceiro Setor**

Durante muito tempo no Brasil o termo terceiro setor se ligava a ações assistenciais voltadas a hospitais, santas casas, etc. Somente a partir do século XX, mudanças na forma organizacional e na gestão ocorreram devido a uma maior participação do Estado na área social.

No início desse século várias instituições sem fins lucrativos estavam mais conectadas ao Estado, onde buscavam soluções para problemas envolvidos com questões sociais. De acordo com Coelho (2002) essas instituições são antigas e permeavam na sociedade de forma quase inexistente, sem o conhecimento de suas ações. Hoje, existe um novo termo para designar instituições do Terceiro Setor, denominando organizações da sociedade civil (OSCs), que se diferencia dos outros setores por exigir uma maior participação social (LIMA, 2002).

O conhecimento acerca do Terceiro Setor e as suas características foram definidas a partir dos anos de 1990, modificando o seu perfil, mas a sua utilização e exploração foi bem antes disto. Coelho (2002) afirma que este setor sofre modificações no seu perfil por englobamento de motivos, o principal deles é a sua importância como papel político na sociedade. Assim, para Garcia (2002), o Terceiro Setor adquiriu forças igualmente aos outros setores da economia, e juntamente com estes buscam a produção de bens e serviços públicos, onde é composto por iniciativas individuais, que não visam o lucro, não são governamentais, de natureza privada e agregam valores como solidariedade e voluntariedade aos seus pilares. Lima (2002) de outra forma afirma que o terceiro setor não veio para criticar os outros setores ou o Estado e sim para complementar ou preenche-los.

Muitos conceitos são utilizados para definir o Terceiro Setor. De acordo com o Código Civil é constituído por fundações públicas ou privado, associações ou sociedades civis, cooperativas e cooperativas sociais. Para Froes e Melo Neto (2001, p. 18) “o terceiro setor abrange entidades sem fins lucrativos que desenvolve ações sociais. Possui vários nomes, tais como: setor social, setor sem fins lucrativos, setor de promoção social [...] e muitos outros”. Na visão de Oliveira (2002, p. 4) este setor:

reúne um leque variado de entidades filantrópicas, entidades de direitos civis, movimentos sociais, organizações não-governamentais, organizações sociais, agências de desenvolvimento social, fundações e instituições sociais de empresas e órgãos autônomos da administração descentralizada.

Com relação a sua função e o papel social, o Terceiro Setor é conceituado por vários autores com a mesma finalidade, que seja o bem estar da coletividade. As organizações deste setor não possuem fins lucrativos, são voltados para a própria organização e atuam socialmente de várias formas (ASHOKA; MCKINSEY, 2001). Do ponto de vista mercadológico, se preocupam com a

coletividade e problemas sociais, no qual abrange várias ações individuais para dinamizar questões sociais (CAMARGO, 2001).

O fato é que apesar da maioria dos autores concordarem com a finalidade maior do Terceiro Setor, que é a sua atuação no campo social e o não interesse no lucro, alguns autores questionam o seu comportamento de agente social, afirmando que se assumem esse papel para propósitos organizacionais e mercadológicos, deixando de lado a sua principal finalidade.

Para Garcia (2002), isso ocorre devido as diversas ações praticadas por essas entidades, pois são completamente diferentes entre si. Ainda segundo o autor, esse problema é ocasionado pela utilização incorreta do termo, pois vários setores da sociedade aderem o termo a projetos que não são voltados aos objetivos em questão. Existem entidades que não solucionam problemas, apenas se aproveitam para melhorar sua imagem com autopromoção (CAMARGO, 2001). Opondo-se a isso, Oliveira (2002) menciona que o Terceiro Setor é composto por entidades que possuem caráter privado, mas com qualidades voluntaristas e que a produção bens de consumo coletivo e o seu retorno econômico não são utilizada pela entidade de forma inadequada ou errada.

Mesmo diante de toda essa questão relacionada ao direcionamento do Terceiro Setor, não se pode negar a importância do mesmo para a coletividade. As entidades desse setor trabalham num campo de atuação onde existe a carência de serviços básicos oferecidos para a população (OLIVEIRA, 2002). Com o Estado deficiente na prestação de alguns bens e serviços para a sociedade, o Terceiro Setor vem para cumprir esse papel. Camargo (2001, p. 20) afirma que “congregar as entidades sem fins lucrativos sob um mesmo conceito permite-nos visualizar sua grandeza, concluindo que uma de suas funções primordiais é ser uma extensão da ação do Estado.”

A importância deste setor também se estende a nível internacional, pois entidades de um país podem se comunicar com outras que possuem a mesma missão, formando um relacionamento de aprendizagem, trocando experiências e com benefícios mútuos, entre eles a competitividade na globalização, além disso, promove a capacitação profissional e novos empregos, devido a nova postura que é o apoio ao Estado em suas funções (CAMARGO, 2001).

O alcance Terceiro Setor é abrangente, todos estão ligados diretamente ou indiretamente a ele, seja participando (voluntários e contribuintes) ou sendo beneficiado por alguma ação promovida (HUDSON, 1999). O seu crescimento pode ser associado a maior participação do setor privado no que se refere ao lado social. Empresas no início buscavam apenas o engajamento com OSCs para resolver questões sociais, hoje além de parcerias possuem suas próprias fundações, o que estimulou as organizações não governamentais na busca pela capacitação, profissionalização e sustentabilidade, deixando de serem dependentes para serem eficientes, um assunto ainda em desenvolvimento no país (ASHOKA; MCKINSEY, 2001).

No entanto, muitos desafios ainda precisam ser ultrapassados pelas instituições do Terceiro Setor, principalmente no que se refere à arrecadação de recursos, muitos continuam suas atividades sem os recursos necessários para manutenção, sem apoio governamental. Os recursos são provenientes de arrecadações, contribuições ou doações, que vem de diversos meios da sociedade. Além disso, há o desafio de se firmar com uma conceituação e ideologia, para resgatar a sua identidade. Camargo (2001, p. 23) comenta a situação:

O terceiro setor historicamente sofre uma crise de identidade, transparecendo uma imagem subjetiva e rebuscada de sua verdadeira concepção, visto o descaso acadêmico e mercadológico no seu trabalho como alternativa de modelo econômico e organizacional.

A sociedade exige que as entidades do Terceiro Setor sejam mais confiáveis e eficientes, impondo desafios que precisam ser superados, como: o seu reconhecimento e existência de um setor; o aumento da sua capacidade, que deve ser refletiva na sua estruturação e na prestação de informações; o seu poder de ajuda ao Estado e empresas; e a sustentabilidade. Todas essas dificuldades serão enfrentadas se o setor buscar uma melhor gestão, desde planejamentos estratégicos adequados até a profissionalização (LIMA, 2002). Os custos com a manutenção das atividades de instituições do Terceiro Setor e a falta deles chamam a atenção da sociedade que realizam doações, mas que precisa de um meio para criar laços de confiança e credibilidade, assim a elaboração de relatórios contábeis atendem a essas necessidades e colabora na construção desses laços.

Essa pesquisa analisa uma entidade do terceiro setor específica, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), uma autarquia especial corporativista, sem vínculo com a Administração Pública Federal que tem como objetivo principal orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil. Sua missão se respalda no desenvolvimento, registro e fiscalização da profissão contábil, com ética e qualidade, atingindo assim sua visão de ser um órgão atuante e representante na área. Com valores como: ética no trabalho, companheirismo, compromisso, confiança, transparência, responsabilidade profissional e social, respeito e trabalho perseverante, o CFC procura atuar como um grande protetor da sociedade.

De acordo com a Resolução nº 1370 do CFC (art. 19) “a receita do CFC é constituída de um quinto da receita bruta de cada Conselho Regional de Contabilidade, excetuados os legados, doações, subvenções, receitas patrimoniais, indenizações, restituições e outros, quando justificados”. Sendo o maior órgão da profissão contábil brasileira, torna-se importante para a entidade a transparência da destinação dos seus recursos, como uma forma de prestação de contas para a sociedade, especialmente para os profissionais da área.

A atuação e o papel do Terceiro Setor na sociedade vêm sendo demonstrado através das suas práticas de responsabilidade social, assunto que será visto no próximo tópico.

## 2.2 Responsabilidade Social Corporativa

A responsabilidade social corporativa no Brasil teve origem na década de 1980 e firmou-se nos anos 1990, devido a movimentos sociais e políticos ocorridos na época com reivindicações sociais e ambientais, que mudou a forma de pensar e agir de cidadãos e empresários brasileiros (GRAYSON, 2002). Segundo o autor, nesse meio surgiram vários órgãos, como por exemplo, o Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social, fundado em 1998 pelo empresário Oded Grajew, com o compromisso de firmar uma relação entre responsabilidade social e empresas e difundir práticas. Desde então, segundo Grayson (2002), várias conquistas foram alcançadas em prol a contribuir com uma melhor qualidade de vida para a sociedade.

A questão social e ambiental vem modificando a relação entre sociedade e empresários, a primeira exigindo maior participação e retorno em ações e projetos do segundo, mudando o comportamento de empresas, que visavam somente a maximização dos lucros, tornando-se um

desafio que é continuar sendo competitivo e atender as reivindicações de uma sociedade, que solicita um perfil social responsável. Desta forma, Tinoco (2001, p. 116) afirma que “a responsabilidade pública das organizações, neste novo milênio que se inicia, deverá atender aos anseios da comunidade, que clama por programas e ações conscientes, que modifiquem o quadro de exclusão social que existe no Brasil”.

A responsabilidade social além de ser um meio de relacionamento entre os diversos usuários é uma mudança de atitude, em que os valores relacionados a empresas são deixados de lado e os valores sociais são considerados (OLIVEIRA, 2002).

Uma nova mentalidade começa a surgir entre os empresários, que identificam que um desempenho econômico maior será atingido diante da adoção da responsabilidade social, pois quando se proporciona uma melhor qualidade de trabalho e vida aos seus funcionários e familiares, ocorre um melhora na produção e satisfação, quando essas ações e práticas atingem a comunidade o reconhecimento da empresa aumenta e conseqüentemente o retorno financeiro, pois a sociedade não aceita mais empresas que prejudicam ou não colaboram com o meio ambiente e como resposta não utilizam seus produtos ou serviços. Oliveira (2002, p. 5) confirma esse pensamento afirmando que:

Ao adicionar às suas competências básicas um comportamento ético e socialmente responsável, as empresas adquirem o respeito das pessoas e comunidades que são impactadas por suas atividades. Além disso, são gratificadas com o reconhecimento de seus consumidores e os engajamentos dos seus colaboradores, fatores cruciais de vantagem competitiva e sucesso empresarial.

O termo responsabilidade social corporativa (RSC) é recente, é um novo perfil empresarial, onde se adota maior transparência e clareza nos seus negócios, que são outros pontos levantados e exigidos pela sociedade. A RSC é entendida como a busca pela ética por partes dos empresários, para uma melhor qualidade de vida da sociedade. Assim, socialmente responsável é realizar ações da melhor forma que beneficie toda a comunidade (TOLDO, 2002). Para Camargo (2001), a RSC é uma prática de sustentabilidade com retorno em longo prazo na qual as suas atividades são analisadas de forma a questionar os impactos sociais e ambientais causados, com o objetivo do bem comum de todos.

O conceito de responsabilidade social corporativa pressupõe que a organização não seja somente um agente econômico, produtor de riqueza e gerador de lucros, mas, também, um agente social, com participação e influência sobre o seu entorno. Tendo como objetivo não só o retorno ao acionista, mas também a geração do bem-estar, o desenvolvimento da comunidade onde atua, a sua colaboração na preservação do meio ambiente e a criação de condições de trabalho favorável (FROES; MELO NETO, 2003, p. 6).

As empresas são os principais agentes de desenvolvimento econômico e tecnológico e fonte de recursos, estão desenvolvendo programas voltados ao meio ambiente e direitos humanos, adquirindo uma postura ética e atuando como um importante agente social (OLIVEIRA, 2002). Nesse sentido, Froes e Melo Neto (2003) afirmam que a inclusão de práticas de responsabilidade social acaba agregando valores a empresa que é intangível e de difícil contabilização financeira.

A adoção de práticas de RSC, ainda segundo Camargo (2001), melhora a imagem da empresa de forma positiva perante seus funcionários e a comunidade, o envolvimento social influencia uma



maior participação política, diminuem os custos e torna mais competitiva a empresa, além de ser um instrumento de prestação de contas e transparência com ações sociais, é um meio de difundir e expandir as práticas de RSC. Sendo assim, a produção de bens ou prestação de serviços não é mais um indicador de qualidade e desempenho, é preciso o envolvimento social e uma postura ética.

A gestão com a RSC torna-se, portanto, um desafio atual às empresas, pois valores ambientais e sociais agora são considerados mais importantes para garantir o bom desenvolvimento e fluxo do negócio, nos quais eram fornecidos por indicadores econômicos e financeiros (TINOCO, 2009). Na RSC todas as questões de transparência e responsabilidade podem ser avaliadas e analisadas de forma ética, financeira, social ou ambiental por todos os interessados, inclusive a própria empresa (MCINTOSH, 2001).

Vale ressaltar que, a RSC se distingue da filantropia, como é comparada algumas vezes, pois não tem caráter de doação, as suas táticas são voltadas para a sustentabilidade, os efeitos e retornos que suas operações provocam na sociedade (TINOCO, 2009). Froes e Melo Neto (2001, p. 28) afirmam que:

a filantropia é única, pois a atitude e a ação são do empresário. A responsabilidade social é uma atitude coletiva e compreende ação de empregados, diretores e gerentes, fornecedores, acionistas e até mesmo clientes e demais parceiros de uma empresa. É, portanto uma soma de vontades individuais e refletem um consenso.

A RSC é um comprometimento com a sociedade, de modo que atenda as suas necessidades e satisfação e, além do lucro, diminuindo os efeitos negativos provocados e impactando no sucesso da entidade (FERRER et al., 2001; TOLDO, 2002). Camargo (2001) está de acordo ao afirmar que o objetivo da RSC é a contribuição da melhora da qualidade de vida da sociedade e para isso usa-se de atitudes e comportamentos que fortaleçam o relacionamento das empresas com a comunidade atingindo as suas necessidades, muito maiores que obrigações legais.

O principal motivo de adoção de práticas de RSC pelas empresas é saberem que a mudança principal para resolver questões sociais vem principalmente de suas próprias ações. A sociedade sozinha não é capaz de tal transformação. É preciso uma parceria entre empresa e cidadão para que o bem social e ambiental atinja a todos, logo o bom resultado financeiro acaba sendo apenas uma consequência entre essa união e a implantação de ações de responsabilidade social corporativa.

Desta forma, as práticas de RSC são divulgadas e demonstradas para a sociedade em relatórios elaborados pelas empresas, onde contém todas as suas ações e indicadores. O Balanço Social é considerado um dos principais relatórios de divulgação de práticas de RSC, por ser uma demonstração completa e conter informações de natureza social, ambiental e financeiro. Assim, a próxima seção discorre sobre este relatório.

### 2.3 Balanço Social

A responsabilidade social contribuiu para a elaboração de balanços ou relatórios sociais que evidenciassem ações desenvolvidas pelas empresas em benefício à comunidade e ao meio ambiente, neste sentido o Balanço Social se destacou como uma demonstração em que o compromisso e a transparência são valorizados pela entidade. Araújo (2001, p. 79) em seu estudo ressalta que “as dimensões da Responsabilidade Social de uma empresa estão retratadas no Balanço Social. Isto

significa que o dimensionamento dessa responsabilidade pode ser mensurado por meio da análise desse demonstrativo”.

O Balanço Social é uma demonstração na qual a sua utilização pode ser considerada recente (CAMARGO, 2001; MEDEIROS; REIS, 2007). Tinoco (2009) discorre sobre o surgimento deste relatório, segundo o autor a sua história se inicia em decorrência a guerra do Vietnã, no qual o povo desejando o final da guerra exigiu das empresas uma nova forma de agir, em que a moral e a ética fossem incorporadas para um retorno positivo aos cidadãos e que o lado financeiro das empresas deixasse de ser mais considerado e questões sociais tivessem grande relevância dentro e fora da entidade.

Desta forma, Tinoco (2009) comenta que as primeiras informações sociais foram divulgadas juntas com os relatórios empresariais, tomando um novo rumo para a elaboração do Balanço Social. Ainda segundo Tinoco (2009), foi na França que o Balanço Social foi implementado e regulamentado pela Lei nº 77.769, de julho de 1977. A partir desse momento, diversas categorias de trabalhadores passaram a cobrar esse tipo de informações, atingindo também outros setores da sociedade que buscavam um novo posicionamento por parte dos empresários que fossem direcionados para questões ambientais e sociais que favorecessem todos.

No Brasil, idealizado pelo sociólogo Herbert de Souza, foi criado em 1977 o Instituto Brasileiro de Análises Social e Econômica (Ibase) que lança o “Selo Balanço Social” com uma forte campanha para mobilizar os empresários para a divulgação do Balanço Social (SUCUPIRA, 2009).

O Balanço Social é um meio de evidenciar a responsabilidade social, tornando públicas e transparentes suas ações para seus consumidores e o público em geral, refletindo os benefícios a favor do ser humano, enquanto que outros balanços demonstram os retornos econômicos (CAMARGO, 2001; LIMA, 2002). Segundo Silva e Freire (2001, p. 14) o Balanço Social atende a demanda informacional de todos os *stakeholders* das empresas:

Para os dirigentes, oferece elementos essenciais para as decisões sobre programas e responsabilidades sociais que a empresa venha a desenvolver. Os empregados têm as garantias que as expectativas cheguem até os padrões de maneira sistematizada e quantificada.

O Balanço Social é uma importante ferramenta gerencial que reconhece problemas e aponta oportunidades, mostrando o ciclo dos investimentos dentro da organização e o seu retorno social e ambiental, desta forma tornado-se essencial para a administração (MEDEIROS; REIS, 2007). Ainda segundo Medeiros e Reis (2007, p.23) o “Balanço Social é um instrumento que reúne um conjunto de informações sobre atividades de caráter social e não obrigatórias que uma empresa realiza com o objetivo de gera o maior bem-estar junto as partes interessadas e a sociedade”.

Para Bulgacov (2006) o Balanço Social demonstra também o impacto social relativo as atividades da empresa na sociedade e no meio ambiente, que beneficiará as empresas melhorando a sua imagem, uma contribuição positiva ao *marketing* empresarial. Nessa perspectiva, Tinoco (2009, p. 14) informa que:

A sociedade merece ser informada desses esforços e sua divulgação é positiva para as empresas, quer do ponto de vista de sua imagem, quer do ponto de vista de melhoria e qualificação da informação contábil financeira.

A importância do Balanço Social é mensurada quando se observa o número de usuários que podem avaliar, criticar e elogiar a entidade. Assim, mostra a sociedade quais são os pontos que a organização está valorizando, como seus investimentos estão sendo distribuídos em forma de benefícios a população e quais as áreas precisam de mais dedicação. Em outras palavras, o Balanço Social permite uma conversação entre todos os interessados na empresa (INSTITUTO ETHOS, 2009). A importância desta demonstração é avaliada em nível organizacional, o desempenho é qualificado e comparado com outras instituições do mesmo setor (CAMARGO, 2001; LIMA, 2002). O valor desta demonstração para as entidades é descrito por Medeiros e Reis (2007, p.75) como:

O balanço social permite ainda a análise do desempenho social da empresa e a constatação dos benefícios que a mesma gera para a sociedade, elementos que podem ser utilizados como fonte de dados para promover o desenvolvimento econômico, tornando, dessa forma, relevante a constatação da veracidade das informações e sua compreensão.

Tinoco (2009) complementa a afirmação de Medeiros e Reis (2007) ao mencionar que como uma boa ferramenta de gestão, o Balanço Social possui informações que supre necessidades sociais com o objetivo de fornecer indicadores e relatórios no plano organizacional interno para que funcionários e os demais grupos sociais tenham acesso e se sintam envolvidos com as políticas e práticas adotadas pela entidade.

Kroetz (2000, p. 79-80) apresenta outros objetivos referentes ao Balanço Social, tais como:

1) Revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimentos da entidade; 2) Evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população; 3) Abranger o universo das interações sociais entre: cliente, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidades e outros; 4) Apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias; 5) Formar um banco de dados confiável para a análise e tomada de decisão; dentre outros.

Cabe destacar que para que os objetivos do Balanço Social sejam alcançados ele precisa conter indicadores que promovam uma ligação entre os diversos usuários da organização, desta forma estes indicadores devem possuir informações gerais sobre a entidade, desde seu histórico até o seu desempenho social (MEDEIROS; REIS, 2007). Todos os setores da entidade são utilizados como fonte de informação para a elaboração do balanço social, desta forma, cada setor possui indicadores que no Balanço Social irá unir e trabalhar, de modo que possa ser claro, objetivo e transparente, os seus dados que serão revelados (TINOCO, 2009).

Na elaboração do Balanço Social são considerados três departamentos fundamentais como fonte de indicadores, são eles: Pessoal, Contabilidade e Sistemas de informação. Para Tinoco (2009), na elaboração do Balanço Social duas fases principais devem ser consideradas. A primeira se refere à indicação de um responsável para a estrutura da demonstração, onde todos os seus objetivos e o seu rascunho serão feitos. Na segunda fase o demonstrativo será realmente realizado após todos os indicadores coletados serem estudados e avaliados.

Qual seja a forma de apresentação do Balanço Social o seu objetivo deve ser o mesmo, que é demonstrar o grau de envolvimento da empresa com a sociedade e o meio ambiente, permitindo visualizar as ações sociais desenvolvidas pela entidade, desde a entrada e saída de seus funcionários, até programas de educação ambiental. Dessa maneira, a sociedade pode verificar quais empresas

utilizam parte dos seus lucros em prol da comunidade e quais as que somente se preocupam com o seu valor e retorno economico. Para Sucupira (2001), a publicação do Balanço Social consiste primordialmente em modificar a visão da empresa, em que o lucro era o único fator importante para uma visão em que a questão social é, também, considerada, repercutindo em um retorno futuro.

Como uma importante ferramenta de comprometimento e divulgação de ações sociais, o Balanço Social é um demonstrativo utilizado por entidades do Terceiro Setor, que enfretam o grande desafio de serem confiáveis e indispensáveis para a sociedade.

### 3 METODOLOGIA

Considerando o objetivo do estudo, a pesquisa é do tipo descritiva, adota procedimentos de análise documental, com abordagem qualitativa dos dados, realizada por meio da técnica de análise de conteúdo. A estratégia metodológica caracteriza-se como um estudo de caso único.

A pesquisa se classifica como descritiva, pois segundo Gil (2002, p, 42) “tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou o fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Neste estudo buscam-se analisar as características das informações evidenciadas no Balanço Social Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da análise de conteúdo do Balanço Social da entidade, por meio de indicadores sociais e ambientais.

Quanto à natureza do estudo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois estuda e interpreta as ações, informações e indicadores do Balanço Social de uma entidade do terceiro setor, no caso o CFC. Para Martins e Theóphilo (2007, p. 137) este tipo de abordagem se justifica “quando dispõe-se de pouca informação a respeito do assunto pesquisado, sendo necessário explorar o conhecimento que as pessoas têm com base em suas experiências ou senso comum”. Richardson et al. (2008, p. 79) complementam afirmando que “a abordagem qualitativa, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Para a consecução dos objetivos propostos no estudo serão analisados qualitativamente os Balanços Sociais do CFC.

Quanto à estratégia metodológica, trata-se de um estudo de caso único, no qual o objeto do estudo é uma entidade do Terceiro Setor, o Conselho Federal de Contabilidade. O estudo de caso é definido por Gil (2002, p. 54) como “um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”. Para Yin (2005) o estudo de caso é adequado quando não se tem conhecimento sobre determinado assunto, que são considerados atuais e envolvidos num contexto real, em que não há modificações em suas características globais e o pesquisador analisa e coleta os dados sem interferir neles.

No que se refere aos procedimentos de análise documental para responder a questão de pesquisa foram analisados o Balanço Social do CFC no período de 2007 a 2011, disponíveis na *homepage* da entidade no dia 15 de outubro de 2012, caracterizando-se um estudo de corte longitudinal, pois se relaciona a um período de tempo de cinco anos, diferente do estudo transversal, que trata de um momento específico. Assim, para a coleta de dados é utilizada como procedimento a documentação indireta (fonte secundária de dados), por meio da pesquisa documental. Para Markoni e Lakatos (1999, p. 34) a coleta de dados é a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta de dados previstos”.

A pesquisa documental utilizada neste estudo consiste na coleta dos relatórios socioambientais no período de 2007 a 2011. Markoni e Lakatos (1999, p. 64) dizem que a

“característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. De uma forma análoga, a pesquisa documental pode ser explicada:

A pesquisa documental se assemelha a pesquisa bibliográfica, todavia não levanta material editado – livros, periódicos e etc. -, mas busca material que não foi editado, como cartas, memorandos, correspondências de outros tipos, avisos, agendas, propostas, relatórios, estudos, avaliações e etc. Pesquisas documentais são mais frequentes nos estudos orientados por estratégias participativas: Estudo de Caso, Pesquisa-Ação e etc. (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 85).

Quanto à técnica de análise de dados opta-se por a análise do conteúdo, que segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 95) “é uma técnica para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática. Buscam-se inferências confiáveis de dados e informações com respeito a determinado contexto”. Os autores aprofundam seu conceito afirmando que:

A análise de conteúdo busca a essência de um texto nos detalhes das informações, dados e evidências disponíveis [...] o interesse não se restringe a descrição dos conteúdos. Deseja-se inferir sobre o todo da comunicação. Entre a descrição e interpretação interpõe-se a inferência. Buscam-se entendimento sobre as causas e antecedentes da mensagem, bem como seus efeitos e conseqüências (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 96).

Com a definição da entidade a ser estudada, o Conselho Federal de Contabilidade, iniciase a análise de conteúdo do Balanço Social do período de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. Observa-se que durante a análise de conteúdo a abordagem será qualitativa, mas procedimentos quantitativos também serão utilizados, como afirma Markoni e Lakatos (1999, p. 132) “a atual análise de conteúdo foi acrescida de mais uma característica, ou seja, o desenvolvimento de técnicas quantitativas, que permite maior precisão”.

É importante ressaltar que nesta pesquisa, escolheu-se pela utilização de sentenças (frases), como medida de análise, para a coleta dos dados e assim a caracterização do tipo de evidenciação. As sentenças foram classificadas como indicadores em três dimensões: Social Interna, Social Externa e Ambiental. Posteriormente os indicadores foram direcionados de acordo com o seu tipo de evidenciação em: qualitativo, quantitativo não monetário e quantitativo monetário. Para a continuação da análise e coleta dos dados, prosseguiu-se à contagem de sentenças de acordo com a sua dimensão e tipo de evidenciação.

De acordo com o tema abordado, procurou-se também analisar os investimentos ou gastos do CFC aplicados em ações de acordo com a sua dimensão. Os investimentos são valores em reais e seus dados foram extraídos do Balanço Social do CFC dos últimos cinco anos.

Destaca-se que a análise de conte do aplicada se inicia de forma qualitativa, por meio de leitura e interpretação de frases e dos textos, e continua de forma quantitativa, a partir da codificação e quantificação (contagem da frequência) de cada elemento de evidenciação observado. A análise dos dados se dá pela disposição de tabelas e gráficos, onde serão avaliados os resultados.

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS**

Para atingir o objetivo do estudo, o tópico em questão apresenta os resultados da pesquisa de acordo com os seus três objetivos específicos. Para melhor entendimento dos dados foram organizados em quadros, tabelas e gráficos.

#### 4.1 Nível de divulgação das dimensões dos indicadores socioambientais

A Tabela 1 apresenta a frequência absoluta (FA) e a frequência relativa (FR) das sentenças evidenciadas no Balanço Social do CFC no período de 2007 a 2011, classificadas de acordo com a dimensão dos indicadores: Social Interno, Social Externo e Ambiental.

Tabela 1 – Classificação da divulgação de informações das dimensões do Balanço Social

| Dimensão       | 2011       |             | 2010       |             | 2009       |             | 2008       |             | 2007       |             |
|----------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|
|                | FA         | FR          | FA         | FR          | FA         | FR          | FA         | FR          | FA         | FR          |
| Social Interno | 61         | 25%         | 62         | 27,31%      | 67         | 24,90%      | 82         | 27,07%      | 72         | 27,90%      |
| Social Externo | 181        | 74,18%      | 163        | 71,81%      | 195        | 72,50%      | 202        | 66,66%      | 171        | 66,28%      |
| Ambiental      | 2          | 0,82%       | 2          | 0,88%       | 7          | 2,60%       | 19         | 6,27%       | 15         | 5,82%       |
| <b>Total</b>   | <b>244</b> | <b>100%</b> | <b>227</b> | <b>100%</b> | <b>269</b> | <b>100%</b> | <b>303</b> | <b>100%</b> | <b>258</b> | <b>100%</b> |

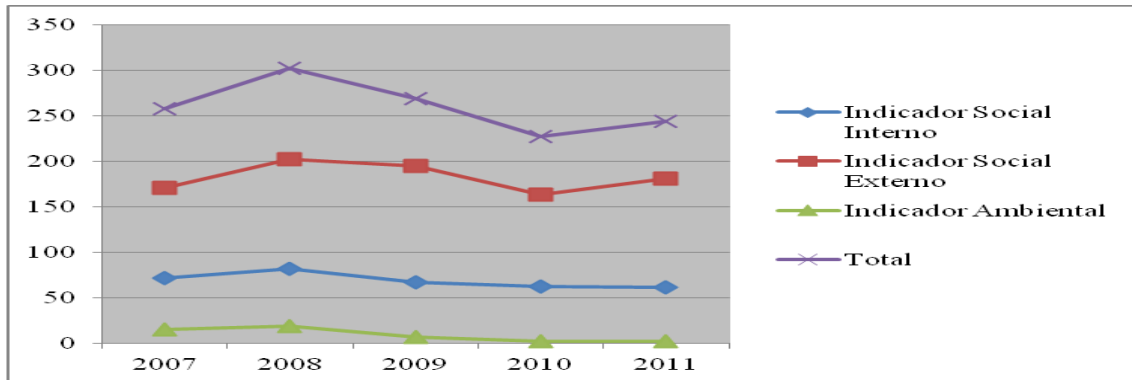
Fonte: Dados da pesquisa.

Baseando-se nas informações contidas na Tabela 1, nota-se que houve um aumento significativo no número de sentenças evidenciadas do ano de 2007 para 2008, mas no período de 2008 a 2010 esses números reduziram, crescendo um pouco em 2011. Durante o período analisado, o ano de 2010 foi o que apresentou o menor número de sentenças e o ano de 2008 obteve o maior número de sentenças evidenciadas.

Analisando as dimensões dos indicadores, verifica-se que a dimensão Social Externo foi a mais evidenciada no período, seguindo do indicador Social Interno. Os dados da dimensão Social Interno revelam uma queda após 2008, ano onde o maior número de sentenças é encontrado, um total de 82 e chegando a 61 sentenças evidenciadas em 2011. Da mesma forma ocorre com a dimensão Ambiental que é a menos expressiva durante todo o período de análise, com uma queda do número de sentenças no período de 2008 a 2011, revelando que o Balanço Social foi mais utilizado pelo CFC para demonstrar suas práticas voltadas as ações sociais.

A Figura 1 apresenta o comportamento de cada indicador ao longo do período analisado.

Figura 1 – Comportamento da evidenciação sobre as dimensões dos indicadores



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 1 revela que a dimensão Social Externo no período estudado sempre foi mensurada em maiores quantidades de sentenças e a Ambiental foi pouco expressiva e com queda ao longo dos anos de 2008 a 2011. Comparando a faixa evolutiva da dimensão Social Interno e Ambiental percebe-se uma semelhança, um crescimento do ano de 2007 para 2008 e uma queda de 2008 a 2011.

Em linhas gerais, os resultados desta pesquisa quanto à preponderância da dimensão Social Externo e Ambiental corroboram com o estudo de Costa, Gallon e Torres (2011) que ao analisar o conteúdo da divulgação de informações das dimensões da sustentabilidade empresarial extraídas dos Relatórios de Sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental constataram que a dimensão Social Externa foi a mais evidenciada e a dimensão Ambiental apresentou uma queda no número de sentenças o que provoca um declínio da evidenciação nos relatórios analisados.

#### 4.2 Descrição do tipo de evidenciação das dimensões dos indicadores do Balanço Social

Com base na análise de conteúdo, o Quadro 1 apresenta exemplos de sentenças divulgadas nos Balanços Sociais analisados relativas à dimensão Social Interno em cada tipo de evidenciação.

Quadro 1 – Exemplificação de sentenças divulgadas nos Balanços Sociais do CFC sobre a dimensão Social Interno por tipo de evidenciação

| Dimensão       | Tipo de evidenciação       | Transcrição de sentenças evidenciadas   |
|----------------|----------------------------|---|
| Social Interno | Qualitativo                | O CFC mantém um conjunto de benefícios laborais que englobam os principais aspectos e necessidades do funcionário, tais como: auxílio-creche, assistência pré-escolar, auxílio-alimentação e outros que possibilitam o seu bem-estar na empresa (CFC, BS 2009). |
|                | Quantitativo Não Monetário | Aproximadamente 50 pessoas, entre colaboradores, conselheiros e acompanhantes, vivenciaram momentos de integração, em clima de descontração e amizade, desfrutando do belo pôr do sol da cidade de Brasília (CFC, BS 2009).                                     |

|                        |   |
|------------------------|---|
| Quantitativo Monetário | Em 2009, o CFC investiu R\$ 510.104.43 em cursos, treinamentos e oficinas (CFC, BS 2009). |
|------------------------|---|

Fonte: Dados da pesquisa.

As Tabelas a seguir apresentam informações referentes ao tipo de evidenciação adotado para as sentenças relacionadas a cada uma das dimensões dos indicadores do Balanço Social do CFC, no período de 2007 a 2011.

Tabela 2 – Tipo de evidenciação sobre a dimensão Social Interno do Balanço Social

| Dimensão Social Interno    |           |             |           |             |           |             |           |             |           |             |
|----------------------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| Tipo de evidenciação       | 2011      |             | 2010      |             | 2009      |             | 2008      |             | 2007      |             |
|                            | FA        | FR          | FA        | FR          | FA        | FR          | FA        | FR          | FA        | FR          |
| Qualitativo                | 27        | 44,26%      | 26        | 41,94%      | 33        | 49,25%      | 37        | 45,12%      | 45        | 62,5%       |
| Quantitativo Não Monetário | 28        | 45,90%      | 28        | 45,16%      | 26        | 38,81%      | 35        | 42,68%      | 22        | 30,56%      |
| Quantitativo Monetário     | 6         | 9,84%       | 8         | 12,90%      | 8         | 11,94%      | 10        | 12,20%      | 5         | 6,94%       |
| <b>Total</b>               | <b>61</b> | <b>100%</b> | <b>62</b> | <b>100%</b> | <b>67</b> | <b>100%</b> | <b>82</b> | <b>100%</b> | <b>72</b> | <b>100%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na Tabela 2, nota-se que a dimensão Social Interno no ano de 2008 teve o número maior de sentenças (82) e no ano de 2011 teve o menor número (61). O tipo Qualitativo foi superior aos outros tipos de evidenciação em 2007, 2008 e 2009, encontrados em maior quantidade no ano de 2007, com 45 sentenças. Analisando em termos percentuais e comparando o tipo de evidenciação qualitativo com os demais, o ano de 2007 obteve o maior percentual, com 62,5%. Após o ano de 2007 as sentenças qualitativas decresceram, em valores numéricos, ocorrendo um aumento apenas no ano de 2011.

Ainda com base na Tabela 2, o tipo de evidenciação quantitativo não monetário variou entre 22 a 35 sentenças, o ano de 2008 e 2007 apresentou a maior e menor quantidade, respectivamente, mas em termos percentuais, quando comparada com os demais tipos de evidenciação, os anos de 2010 e 2011 obtiveram os maiores percentuais, com aproximadamente 45%. O tipo de evidenciação quantitativo monetário foi pouco mensurado, o seu maior número de sentenças foi encontrado em 2008, o que revela a não preocupação do CFC em divulgar seus dados mensurados.

O Quadro 2 exhibe exemplos de sentenças divulgadas nos Balanços Sociais analisados relativas à dimensão Social Externo em cada tipo de evidenciação.

Quadro 2 – Exemplificação de sentenças divulgadas nos Balanços Sociais do CFC sobre a dimensão Social Externo por tipo de evidenciação



| Dimensão       | Tipo de evidenciação       | Transcrição de sentenças evidenciadas   |
|----------------|----------------------------|---|
| Social Externo | Qualitativo                | O convênio de cooperação com a Fipecafi, firmado em 2008, é destinado à capacitação de profissionais contábeis de todo o país, mediante a participação em cursos a distância, via <i>internet</i> (CFC, BS 2009). |
|                | Quantitativo Não Monetário | Foram inscritos 1.264 profissionais nos três exames (QTG, BCB, SUSEP); sendo aprovados 400 auditores (CFC, BS 2009).  |
|                | Quantitativo Monetário     | O CFC investiu R\$ 403.771,43 no ano para a realização de cursos de pós-graduação nas modalidades <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> em Contabilidade (CFC, BS 2009).   |

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 revela a análise da dimensão Social Externo de acordo com o tipo de evidenciação em termos numéricos e percentuais. Inicialmente a dimensão Social Externo no período pesquisado revelou que o ano de 2008 apresentou o maior número de sentenças evidenciadas, com 202, seguidos 2009 e 2011, com 195 e 181 sentenças, respectivamente, o que revela uma alternância de acréscimos e decréscimos nos anos estudados. Dessa maneira não se pode afirmar que houve uma evolução da quantidade informacional do Balanço Social do período em análise.

Tabela 3 – Tipo de evidenciação sobre a dimensão Social Externo do Balanço Social

| Dimensão Social Externo    |            |             |            |             |            |             |            |             |            |             |
|----------------------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|
| Tipo de evidenciação       | 2011       |             | 2010       |             | 2009       |             | 2008       |             | 2007       |             |
|                            | FA         | FR          | FA         | FR          | FA         | FR          | FA         | FR          | FA         | FR          |
| Qualitativo                | 114        | 62,98%      | 107        | 65,64%      | 118        | 60,51%      | 140        | 69,31%      | 116        | 67,84%      |
| Quantitativo Não Monetário | 47         | 25,97%      | 38         | 23,32%      | 59         | 30,26%      | 46         | 22,77%      | 41         | 23,98%      |
| Quantitativo Monetário     | 20         | 11,05%      | 18         | 11,04%      | 18         | 9,23%       | 16         | 7,92%       | 14         | 8,18%       |
| <b>Total</b>               | <b>181</b> | <b>100%</b> | <b>163</b> | <b>100%</b> | <b>195</b> | <b>100%</b> | <b>202</b> | <b>100%</b> | <b>171</b> | <b>100%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere ao tipo de evidenciação, em todos os anos analisados as sentenças do tipo qualitativas foram apresentadas com um número superior, quase o dobro da soma das demais sentenças, seguida das quantitativas não monetárias, com variação entre 38 e 59, e quantitativas monetárias, variando entre 14 e 20 sentenças. O tipo qualitativo foi apresentado em maior quantidade em 2008, em termos numéricos e percentuais. O tipo quantitativo não monetário cresceu entre 2007 e 2009, onde atingiu o maior número de sentenças, após esse ano ocorreu uma queda, voltando a crescer novamente em 2011.

Da mesma forma que na dimensão Social Interna, o tipo de evidenciação quantitativo monetário foi pouco mensurado, mas bem mais expressivo que os indicados na dimensão Social Interna, com um crescimento no período em análise, em 2007 com 14 sentenças e em 2011 com 20 sentenças, representado entre 8,18% e 11,05% das sentenças evidenciadas no Balanço Social em cada ano.

De forma geral, os resultados deste estudo quanto à importância da dimensão Social corroboram Rezende, Junqueira, Medeiros (2008), que ao analisarem as práticas de responsabilidade social de empresas brasileiras premiadas no Guia Exame de Sustentabilidade de 2007, comprovaram que em todas as empresas existe uma responsabilidade social orientada do âmbito interno para o externo, de tal modo que visam desenvolver em seus funcionários uma consciência com relação a trabalhos voluntários e ambientais.

O Quadro 3 exhibe exemplos de sentenças divulgadas nos Balanços Sociais analisados relativas à dimensão Ambiental em cada tipo de evidenciação.

Quadro 3 – Exemplificação de sentenças divulgadas nos Balanços Sociais do CFC sobre a dimensão Ambiental por tipo de evidenciação

| <b>Dimensão</b> | <b>Tipo de evidenciação</b> | <b>Transcrição de sentenças evidenciadas</b>  |
|-----------------|-----------------------------|---|
| Ambiental       | Qualitativo                 | Durante o fórum, o CFC assinou o termo de parceria com a Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos sólidos 100 Dimensão, com a função de colaborar voluntariamente, auditando as contas da Campanha Consciência Limpa e orientando os cooperados sobre orçamento familiar (CFC, BS 2008). |
|                 | Quantitativo Não Monetário  | Para o plantio de 700 árvores, foi escolhida a cidade Porto Feliz, no estado de São Paulo, por localizar-se às margens do Rio Tiête, um dos mais poluídos no Brasil (CFC, BS 2008).   |
|                 | Quantitativo Monetário      | Em 2008 o CFC investiu cerca de R\$ 240 mil (aproximadamente 1% da sua receita líquida) em Ações de Responsabilidade Social, o que reflete o comprometimento do Conselho com projetos e programas que contribuam, de alguma forma, com a sociedade e o meio ambiente (CFC, BS 2008).                    |

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 4 apresenta a análise do indicador ambiental de acordo com os tipos de evidenciação, com valores numéricos e percentuais, expõe dados que são avaliados para um estudo quantitativo e qualitativo da informação.

Tabela 4 – Tipo de evidenciação sobre a dimensão Ambiental do Balanço Social

| Dimensão Ambiental         |          |             |          |             |          |             |           |             |           |             |
|----------------------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| Tipo de evidenciação       | 2011     |             | 2010     |             | 2009     |             | 2008      |             | 2007      |             |
|                            | FA       | FR          | FA       | FR          | FA       | FR          | FA        | FR          | FA        | FR          |
| Qualitativo                | 1        | 50%         | 1        | 50%         | 5        | 71,43%      | 13        | 68,42%      | 14        | 93,33%      |
| Quantitativo Não Monetário | 0        | 0%          | 0        | 0%          | 1        | 14,285%     | 4         | 21,05%      | 1         | 6,67%       |
| Quantitativo Monetário     | 1        | 50%         | 1        | 50%         | 1        | 14,285%     | 2         | 10,53%      | 0         | 0%          |
| <b>Total</b>               | <b>2</b> | <b>100%</b> | <b>2</b> | <b>100%</b> | <b>7</b> | <b>100%</b> | <b>19</b> | <b>100%</b> | <b>15</b> | <b>100%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na Tabela 4, o estudo da dimensão Ambiental revelou que foi o indicador com o menor número de evidenciação, o ano de 2008 foi o que apresentou a maior quantidade de sentenças, um total de 19. Durante o período em análise o número de sentenças evidenciadas decresceu entre os anos de 2008 a 2011. As sentenças classificadas como qualitativas foram as mais evidenciadas em todos os anos de análise, com percentuais acima de 50%, chegando até a 93,33% no ano de 2007. Vale ressaltar que nos anos de 2010 e 2011 nenhuma sentença foi considerada como quantitativa não monetária e sentenças tipo quantitativas monetárias foram reveladas somente a partir de 2008, mas com um número irrelevante quando comparada com as outras. Apesar disso, houve um crescimento na qualidade de informações ambientais, quando comparada ao ano de 2007, que apresentou o menor número de evidenciação. Isso mostra que em 2007 o CFC apenas se preocupou em evidenciar mais suas ações de forma descritiva, não mensurando seus valores, pois se tratava da primeira edição do Balanço Socioambiental.

De modo geral, a análise das sentenças revelou que a dimensão Social Externa obteve maiores índices de divulgação, com um total de 912 sentenças empregadas, seguida da dimensão Social Interno, com 344 sentenças e por último a dimensão Ambiental, com 45 sentenças evidenciadas.

O tipo de evidenciação qualitativo foi predominante em todas as dimensões dos indicadores, excetuando na dimensão Social Interno no ano de 2010 e 2011, onde a evidenciação quantitativa não monetária foi superior. Em todas as análises de dimensão o tipo quantitativo monetário foi o menos mensurado em todos os períodos. Resultados que corroboram Costa, Gallon e Torres (2011) ao constatar que a evidenciação quantitativa monetária é a menos empregadas no seu estudo. Esse fato diverge dos resultados encontrados por Menezes, Cunha e De Luca (2010), que ao investigarem a evidenciação voluntária de informações sociais de empresas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, listadas na BM&FBovespa, segundo os Indicadores do Guia da ONU, verificaram que os indicadores menos evidenciados foram os de caráter não financeiro. O ano de 2008 teve uma maior divulgação nos tipos de evidenciação, isso mostra o compromisso do CFC após a publicação do primeiro Balanço Socioambiental, em 2007.

#### 4.3 Comportamento dos investimento/gastos aplicados pelo CFC nas dimensões do Balanço Social

Para a consecução do último objetivo específico, é relevante informar que os resultados apresentados nesta subseção revelam os gastos ou investimentos aplicados em cada uma das dimensões dos indicadores de acordo com as ações e projetos voltados aos seus componentes, ou seja, seus usuários atingidos.

A Tabela 5 retrata os gastos investidos com os beneficiários apresentados pelo indicador Social Interno, tratam-se de ações, projetos ou benefícios cedidos ao corpo funcional, retirados da tabela de Indicadores de Recursos Humanos extraídos do Balanço Social do CFC do período em análise.

Para a análise dos investimentos aplicados com indicadores Sociais Internos foram considerados os seguintes fatores comuns a todo o período estudado: estagiários, formação e treinamentos, remunerações, seguridade social e outras vantagens sociais. É importante ressaltar que em Outras Vantagens Sociais inclui vale-transporte, vale-refeição, auxílio-educação e auxíliocreche.

Tabela 5 – Investimentos com ações ou projetos direcionados aos Indicadores Sociais Internos

| Investimentos /<br>Gastos Indicadores<br>Sociais Internos | Valores em Reais (R\$) |                      |                      |                      |                     |                     |
|---|------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|
|   |                        | 2011                 | 2010                 | 2009                 | 2008                | 2007                |
| Estagiários   | R\$                    | 105.284,16           | 97.215,84            | 102.812,00           | 64.452,42           | 41.915,96           |
|   | Δ%                     | 8,3                  | (5,4)                | 59,5                 | 53,8                | --                  |
| Formação e<br>Treinamentos                                | R\$                    | 180.145,90           | 73.335,90            | 510.104,43           | 372.598,25          | 430.934,96          |
|   | Δ%                     | 145,6                | (85,6)               | 36,9                 | (13,5)              | --                  |
| Remunerações  | R\$                    | 9.442.908,69         | 8.917.600,32         | 9.091.780,56         | 6.990.505,07        | 5.835.363,56        |
|   | Δ%                     | 5,9                  | (1,9)                | 30,0                 | 19,8                | --                  |
| Seguridade Social   | R\$                    | 2.946.960,87         | 1.361.832,73         | 1.105.343,47         | 1.015.924,91        | 885.785,36          |
|   | Δ%                     | 116,4                | 23,2                 | 8,8                  | 14,7                | --                  |
| Outras Vantagens<br>Sociais                               | R\$                    | 1.348.598,35         | 626.066,40           | 622.736,13           | 464.208,99          | 354.598,34          |
|   | Δ%                     | 115,4                | 5,3                  | 34,1                 | 30,9                | --                  |
| <b>Total</b>  | R\$                    | <b>14.023.897,97</b> | <b>11.076.051,19</b> | <b>11.432.776,59</b> | <b>8.907.689,64</b> | <b>7.548.598,18</b> |
|   | Δ%                     | <b>26,6</b>          | <b>(3,1)</b>         | <b>28,3</b>          | <b>18,0</b>         | <b>--</b>           |

Legenda: Δ% = variação percentual anual.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 5, nota-se que os investimentos direcionados aos indicadores Sociais Internos cresceram durante o período de 2007 a 2011, apenas com um pequeno decréscimo em

2010, podendo considerar que houve uma evolução dos gastos direcionados ao corpo funcional do CFC. O setor Estagiários e Remunerações também obtiveram a mesma evolução que o investimento Total, ou seja, um crescimento durante todo o período de análise, apenas com um queda no ano de 2010. Já os setores Seguridade Social e Outras Vantagens foram os que apresentaram os melhores níveis de evolução, chegando em 2011 a valores superiores que o triplo dos investimentos aplicados em 2007.

Ressalta-se que os investimentos no setor de Formação e Treinamentos no ano de 2009 cresceu 36,9% em relação ao ano anterior. Essa variação ocorreu possivelmente por conta do processo de convergência das normas internacionais, onde se fizeram necessários a capacitação e treinamento dos colaboradores do CFC para capacitação dos profissionais da área contábil.

No geral, o setor Remunerações apresentou o maior valor de gastos aplicados em todos os anos do período analisado, seguido de Seguridade Social e Outras Vantagens Sociais, e o setor Estagiários se revelou com o menor valor dos investimentos direcionados. Em 2011 todos os setores atingiram o seu investimento máximo, exceto em Formação e Treinamentos.

A Tabela 6 mostra os valores dos investimentos aplicados em setores direcionados aos indicadores Sociais Externos no período de 2007 a 2011.

Tabela 6 – Investimentos com ações ou projetos direcionados aos Indicadores Sociais Externos

| Investimentos /<br>Gastos Indicadores<br>Sociais Externos | Valores em Reais (R\$) |                     |                     |                     |                     |                     |
|---|------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
|   |                        | 2011                | 2010                | 2009                | 2008                | 2007                |
| Educação Continuada                                       | R\$                    | 3.873.232,00        | 1.774.260,00        | 5.510.813,00        | 4.116.154,00        | 2.331.923,00        |
|   | Δ%                     | 118,3               | (67,8)              | 33,9                | 76,5                | --                  |
| Projetos de Integração                                    | R\$                    | 138.133,00          | 23.557,00           | 186.614,00          | 147.232,00          | 136.505,00          |
|   | Δ%                     | (486,4)             | (87,4)              | 26,7                | 7,8                 | --                  |
| Publicações Periódicas                                    | R\$                    | 543.321,00          | 879.624,00          | 1.262.624,00        | 1.070.618,00        | 1.032.952,00        |
|   | Δ%                     | (38,2)              | (30,3)              | 17,9                | 3,6                 | --                  |
| Acervo Bibliográfico                                      | R\$                    | 21.069,00           | 33.536,00           | 24.670,00           | 17.015,00           | 15.812,00           |
|   | Δ%                     | (37,2)              | 35,9                | 44,9                | 7,6                 | --                  |
| <b>Total</b>  | R\$                    | <b>4.575.755,00</b> | <b>2.710.977,00</b> | <b>6.984.721,00</b> | <b>5.351.019,00</b> | <b>3.517.192,00</b> |
|   | Δ%                     | <b>68,8</b>         | <b>(61,2)</b>       | <b>30,5</b>         | <b>52,1</b>         | <b>--</b>           |

Legenda: Δ% = variação percentual anual.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 6 revela que os gastos totais com investimentos direcionados aos indicadores Sociais Externos cresceram no período de 2007 a 2009, mas em 2010 houve uma queda considerável, chegando a um terço dos investimentos aplicado em 2009. Em 2011 o valor com gastos voltou a crescer e o valor aplicado foi o dobro do investido em 2010. Desta forma pode-se considerar que houve uma evolução, tendo em vista o valor inicial e final aplicados. O setor Educação Continuada representou em todos os anos, aproximadamente 75% dos investimentos totais, sendo considerado o setor com o maior saldo de investimento. Apesar disso, o seu crescimento se deu apenas no período de 2007 a 2009 e em 2011.

É importante considerar o setor de Educação Continuada em 2009, no qual expressou o maior valor investido no período em análise, possivelmente devido ao processo de convergência das normas internacionais de contabilidade (IFRS), onde grande parte das empresas com atuação no Brasil adotou às IFRS, assim se fez necessária a capacitação da classe contábil por meio de cursos e treinamentos promovidos pela entidade de classe.

Ainda de acordo com a Tabela 6, o setor com o menor investimento foi Acervo Bibliográfico, mesmo ocorrendo acréscimos em gastos nos períodos de 2007 a 2010. Publicações Periódicas a partir de 2009 teve seus investimentos diminuídos, chegando em 2011 a quase metade do valor aplicado em 2008.

De modo geral, todos os setores evoluíram positivamente no período de 2007 a 2009, excetuando Acervo Bibliográfico, onde o seu crescimento se estende até 2010. De acordo com as notas explicativas encontradas no Balanço Social de 2010 do CFC, os investimentos nesse ano diminuíram para os setores de Educação Continuada, Projetos de Integração e Publicações Periódicas, o que pode ser explicado pelo aumento de gastos em atividades operacionais, como: Auditoria e Controles Internos, Divulgações Técnicas e Institucionais e Representações em Eventos.

A análise dos investimentos aplicados aos indicadores Ambientais no período de 2007 a 2011 vem demonstrada na Tabela 7.

Inicialmente é importante esclarecer que nos relatórios pesquisados não foi identificada a distinção das ações voltadas ao meio ambiente, ocorrendo somente a totalização dos seus gastos. Dessa forma, a elaboração da Tabela 7 ocorreu de forma reduzida, por insuficiência de dados.

Tabela 7 – Evidenciação dos investimentos com ações/ projetos direcionados aos Indicadores Ambientais

| Investimentos / Gastos Indicadores Ambientais | Valores em Reais (R\$) |                   |                   |                  |                   |             |
|---|------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------|
|   |                        | 2011              | 2010              | 2009             | 2008              | 2007        |
| Ações de Responsabilidade Socioambiental      | R\$                    | 206.566,00        | 200.709,00        | 49.016,00        | 237.039,00        | 0,00        |
|   | Δ%                     | 2,9               | 309,5             | (79,3)           | --                | --          |
| <b>Total</b>                                  | R\$                    | <b>206.566,00</b> | <b>200.709,00</b> | <b>49.016,00</b> | <b>237.039,00</b> | <b>0,00</b> |
|   | Δ%                     | <b>2,9</b>        | <b>309,5</b>      | <b>(79,3)</b>    | --                | --          |

Legenda:  $\Delta\%$  = variação anual

Fonte: Dados da pesquisa

Com as informações contidas na Tabela 7, os gastos com indicadores Ambientais foram somente mensurados a partir de 2008, pois em 2007 ocorreu a primeira publicação do Balanço Socioambiental e não foi registrado nenhum investimento, apesar do Balanço Socioambiental apresentar ações no ano, como a Iniciativa Verde e o Dia D.

Em uma análise horizontal, 2008 apresentou o maior investimento com ações ambientais, totalizando R\$ 237.039,00 e o menor valor foi encontrado em 2007, onde não há dados. Do ano de 2008 para 2009 houve uma queda no valor dos gastos, mas a partir de 2009 os investimentos aumentaram significativamente, totalizando em 2011 o valor de R\$ 206.566,00, isso se deve ao papel da responsabilidade socioambiental incorporado pelo CFC, que vai de acordo com a sua missão e visão que é atuar como um protetor da sociedade.

Na análise geral, os indicadores Ambientais foram poucos mensurados quando comparados aos indicadores Sociais Externos e Internos, corroborando com os resultados de Costa, Gallon e Torres (2011) ao afirmar que a dimensão Ambiental é a menos mensurada em termos financeiros, o que sinaliza dificuldades em contabilizar os custos e despesas ambientais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo principal analisar as características das informações socioambientais evidenciadas no Balanço Social do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Para tanto, realizou-se um estudo descritivo, com abordagem qualitativa dos dados, realizado por meio de pesquisa documental para a coleta e utilizou-se a técnica Análise de Conteúdo para a análise dos dados. Os dados foram coletados do Balanço Social do CFC no período de 2007 a 2011. A Análise de Conteúdo dos Balanços Sociais do CFC considerou as sentenças (frases) como unidade de análise e contemplou dois campos de observação: a dimensão dos indicadores e o tipo de evidenciação.

De modo geral, os resultados obtidos revelam a preponderância de divulgação sobre a dimensão Social Externo em todos os anos de análise, seguido de Social Interna. Com relação ao tipo de evidenciação, observa-se maior e menor evidenciação do tipo qualitativo e quantitativo monetário, respectivamente. Os resultados do estudo também sugerem maiores gastos ou investimentos da entidade de classe ligados à dimensão Social Interno.

Com relação ao nível de evidenciação sobre as dimensões dos indicadores, constatou-se que o indicador mais evidenciado é o de natureza Social Externo nos anos analisados, seguidos pelo Social Interno e Ambiental, no qual as sentenças classificadas como Social Externo apresentam seu maior número em 2008, após esse ano houve uma queda e em 2011 um crescimento, mas inferior ao atingido em 2008, esse resultado obtido corresponde à missão do CFC com o papel de promover o desenvolvimento da profissão contábil e atuar com qualidade na prestação de serviços. Os indicadores de dimensão Social Interno e Ambiental apresentaram seu maior número de sentenças evidenciadas também em 2008, mas nos anos posteriores há um declínio no número de sentenças. A dimensão Ambiental é a menos expressiva, revelando que o Balanço Social foi utilizado pelo CFC como instrumento de evidenciação essencialmente de suas práticas de responsabilidade social e

poucas divulgações de ações ambientais, o que vai de acordo com a sua visão no que diz ser um órgão formador de opinião em questões socioeconômicas e agindo como fator de proteção da sociedade. Apenas no ano de 2008 as práticas ambientais foram melhores evidenciadas.

No que tange ao tipo de evidenciação, constatou-se que as sentenças classificadas como qualitativas foram as mais mensuradas em todas as dimensões de indicadores, aonde seu valor percentual mais expressivo chegou a 93,33% na dimensão do indicador ambiental em 2007, o que se justifica por ser a primeira edição do Balanço Socioambiental e pouco domínio de informações monetárias relacionadas a práticas de responsabilidade ambiental. Observou-se, em todos os anos estudados, que o tipo de evidenciação quantitativo monetário foi o menos empregado, com nenhuma sentença classificada no ano de 2007 na dimensão Ambiental.

Na análise do comportamento dos investimentos aplicados pelo CFC nas dimensões do Balanço Social, encontrou-se na dimensão Social Interno o maior investimento aplicado em ações nessa área, sempre com crescimento ao longo dos anos estudados, seguidos de Social Externo e Ambiental, o que demonstra a preocupação do CFC em capacitar os seus colaboradores e direcionar esses treinamentos para a classe contábil, um exemplo disso é a capacitação de colaboradores para o treinamento de profissionais da área. Em termos evolutivos, o setor de Seguridade Social e Outras Vantagens Sociais apresentaram os melhores níveis de evolução e o setor Remunerações o maior valor aplicado de investimentos, mostrando a dedicação do CFC com a satisfação, a qualidade de vida e o bem estar dos seus funcionários e familiares.

Por fim, é importante lembrar que a análise realizada, revelou importantes pontos sobre o direcionamento e evidenciação de informações e ações contidas no Balanço Social do CFC. As limitações desse estudo referem-se às dificuldades de encontrar dados monetários, principalmente de natureza ambiental, para o desenvolvimento da análise. Desta forma, salienta-se a importância e continuação dessa pesquisa com outras técnicas de análise mais detalhadas ou profundas, a fim de aprofundar mais na evidenciação de informações socioambientais nas entidades do Terceiro Setor.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. J. Dimensão da Responsabilidade Social da empresa. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Ano XXX, n.º 129, maio/jun. 2001.

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MCKINSEY & COMPANY INC. *Empreendimentos sociais sustentáveis*: como elaborar planos para organizações sociais. São Paulo: Peirópolis, 2001.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. *Decreto-lei n.º 9.295*, de 27 de maio de 1946. Dispõe sobre a criação do Conselho federal de Contabilidade, define as atribuições do contador e do guarda-livros, e da outras providencias. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del9295.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm)>. Acesso em: 12 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Regulamentação Geral dos Conselhos de Contabilidade. CRCSP, 2008. *Resolução CFC n.º 1370/11*. Dispõe sobre o Conselho Federal de Contabilidade no exercício de suas atribuições legais e regimentais. 08 de dezembro de 2011. Disponível em:

<[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1370.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1370.htm)>. Acesso em: 20 set. 2012.



BULGACOV, S. *Manual de gestão empresarial*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CAMARGO, M. F. et al. *Gestão do Terceiro Setor no Brasil*. São Paulo: Ed. Futura, 2001.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. *Balanço Social*. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=93&codConteudo=1551>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

COELHO, S. C. T. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. 2. ed. São Paulo: editora Senac, 2002.

COSTA, M. I.; GALLON, A. V.; TORRES, L. S. Análise do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais - SIMPOI, 2011. *Anais...* São Paulo: SIMPOI, 2011.

FERREL, L.; FERREL, O. C.; FRAEDRICH J. *Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisão e casos*. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FROES, C.; MELO NETO, F. P. *Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

GARCIA, B. G. A emergência do conceito terceiro setor e a confluência perversa de distintos projetos políticos. In: *Responsabilidade social das empresas*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAYSON, D. *Compromisso social e gestão empresarial*. São Paulo: Publifolhas, 2002.

HUDSON, M. *Administrando organizações do terceiro setor*. São Paulo: Makron Books, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. *Balanço Social*. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>.

Acesso em: 05 dez. 2012

KROETZ, C. E. S. *Balanço Social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, M. C. Balanço Social. In: *Responsabilidade social das empresas*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

\_\_\_\_\_. O terceiro setor: significado terminológico e trajetória histórica. In: *Responsabilidade social das empresas*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens de técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.

MCINTOSH, M. et al. *Cidadania corporativa: estratégias bem sucedidas para empresas responsáveis*. Tradução de Bazan Tecnologia e Lingüística. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MEDEIROS, L. E.; REIS, C. N. *Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEZES, A. F.; CUNHA, L. T.; DE LUCA, M. M. M. Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto sediadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil: um estudo com base nos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU. In: Congresso Brasileiro de Custos, 17., 2010, Belo Horizonte. *Anais...* São Leopoldo: ABC Custos, 2010.

OLIVEIRA, M. A. L. *AS 800: o modelo isso 9000 aplicado a responsabilidade social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

REZENDE, J. M.; JUNQUEIRA, M. C.; MEDEIROS, C. R. O. Responsabilidade social empresarial: uma prática de gestão? In: Semana do Servidor e Semana Acadêmica, 4., 2008.

*Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2008.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S. *Balanço social: teoria e prática*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SUCUPIRA, J. A. *Ética nas empresas e balanço social*. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S. (Orgs.). *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ética nas empresas e balanço social*. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S. (Orgs.). *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2009

SZAZI, E. *Terceiro setor: temas polêmicos*. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2005.

\_\_\_\_\_. *Terceiro setor: regulação no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

TINOCO, J. E. P. *Balço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade públicas das organizações*. 1. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

TOLDO, M. Responsabilidade social empresarial. In: *Responsabilidade social das empresas*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

VOLTOLINI, R. *Terceiro setor: planejamento e gestão*. 2. ed. São Paulo: editora Senac, 2004.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.